BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Abril-Maio-Junho de 2007 ISSN 2175-9103 39
8

Boletim Número 39
Data: Abril-Maio-Junho/2007

EDITORIAL

O trigésimo nono número do Boletim PROEALC chega ao público após o ocorrido com três jovens do Morro da Providência/Centro do Rio, mortos após serem entregues, por soldados do Exército, a traficantes do Morro da Mineira.

Entendemos este episódio não é um fato isolado, em especial no Rio de Janeiro, contrariamente já vivenciamos o caso da Vila Cruzeiro/Complexo do Alemão no começo deste ano. Tais acontecimentos refletem os rumos da política de segurança pública que apoiado na lógica do terror e medo, criminaliza os pobres e viola sistematicamente os direitos humanos.

Trazemos para o debate sobre os 40 anos de 1968 a partir de entrevista com a historiadora e professora da UFF, Virgínia Fontes, resgatando os sentidos daquele momento histórico que continuam presentes nos tempos atuais, assim como analisar as lutas sociais e processos políticos no Brasil nesta primeira década no século XXI.

Após a decisão da União Européia acerca da "diretriz do retorno" no mês de junho dificultando imensamente a circulação de pessoas entre Estados, publicamos o artigo de Evo Morales/Presidente da Bolívia, que reflete a emigração de europeus na América Latina historicamente, a contribuição econômica e social de latino-americanos e cidadãos de países pobres para a Europa e a relação que o embrutecimento das leis sobre imigração e expulsão de estrangeiros do território europeu estabelece com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que ironicamente completa 60 anos este ano.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Silene de Moraes Freire

Em Foco I



Entrevista com Virgínia Fontes*

Brasil

Abaixo reproduzimos uma entrevista com Virgínia Fontes. Historiadora e professora da UFF, esta pesquisadora tem uma imensa contribuição para a reflexão crítica, marxista, no Brasil contemporâneo. Seus trabalhos mais recentes tratam do processo de

construção de hegemonia do capital no quadro neoliberal brasileiro.

A entrevista que Virgínia nos oferece atravessa uma série de questões de fundamental valia para a compreensão do tempo em que vivemos, além de apresentar percepções sobre as possibilidades e desafios das lutas sociais no Brasil. Começamos pelo resgate histórico dos eventos de maio de 68 que, segundo Virgínia, marcaram uma virada na forma como se deu a luta de classes naquele interregno de tempo.

Em maio de 68, estouraram em diversas partes do globo manifestações estudantis contrárias ao capitalismo. Passados 40 anos, quais significados podemos atribuir àquele momento histórico?

Bom, esta é uma pergunta quente e creio que para começar eu a emendaria um pouco, porque não considero o maio de 68 como um momento de lutas estudantis. Historicamente o maio de 68 inaugura um período novo que ainda não capturamos totalmente, inclusive porque nossa tendência é atribuirmos a 68 um caráter fortemente estudantil. Lógico que teve a participação enorme dos estudantes, mas eu considero que 68 marca a irrupção, no plano internacional, de um certo tipo de lutas de novo tipo que não podem mais ser contidas nem são solucionáveis nos espaços nacionais. O maio de 68 francês é emblemático, e expressa um rastilho de pólvora que atravessa Estados Unidos, México, Japão, Europa. Todos são 1968, embora o maio francês tenha se tornado o grande símbolo para esse momento histórico.

Agora, que tipos de luta já vinham acontecendo e que vão ter o epicentro em 68? A primeira grande delas é contra a guerra atômica. São as chamadas lutas pacifistas das quais participou, por exemplo, Thompson, historiador inglês. Neste tipo de luta ficava claro que o âmbito nacional não era mais suficiente para conter a luta social (lutas pacifistas) nem seu motivo de ação (a guerra atômica), cujo cenário, cujo teatro da guerra, seria a Europa ou, melhor dizendo, o mundo. Portanto, não era mais possível que as lutas se limitassem ao âmbito estritamente nacional. A devastação capitalista atingia proporções que também não mais eram restritas ao espaço nacional, o que gerará o que conhecemos hoje como ecologia. No nascedouro da ecologia havia a percepção clara desta devastação internacional e a resposta é uma recusa internacionalizada. Era o inicio de uma construção de luta internacionalizada, contra os efeitos da expansão capitalista, da expansão industrial de uma determinada forma. Isso sem falar de outro conjunto de lutas que também eclodiram junto, onde 68 também é o epicentro, que são as lutas anticoloniais, especificamente a questão do Vietnam. O Vietnam encerra um tipo de ocupação política colonizadora, desfazendo uma certa complacência social frente à colonização nos próprios países centrais. Há ainda as lutas de recusa de formas opressivas, lutas contra o racismo, sexismo, etc. A característica de todas essas lutas é o fato de não poderem mais ser contidas no espaço nacional.

68 ocorre ainda em plena guerra fria. A emergência dessas novas formas de luta no contexto da guerra fria, no contexto da defesa da União Soviética frente às lutas populares, fez com que 68 não pudesse eclodir em sua totalidade. 68 foi derrotado pelo fato de ter “nascido” nas circunstâncias da guerra fria. Obviamente “nasceu” quando precisava nascer, mas é limitado por este contexto. Portanto o que me parece? 68 inaugura a exigência nova de lutas de classe no cenário internacional, lutas essas marcadas, ou atravessadas pela luta do trabalho contra o capital. Ocorre que nas circunstâncias internacionais de 68 elas têm um efeito muito importante, mas não chegaram a se constituir numa efetiva revolução: foi um anúncio de revolução. E o anúncio é tão forte, tão expressivo, que até hoje vivemos marcados por ele. Por um lado, há o temor de 68, a direita teme 68, portanto, se puder apagar 68, como tentou apagar a Revolução Francesa, como tenta apagar a importância da Revolução Russa, e de todas as revoluções que aconteceram, vai fazer. Provavelmente este ano vamos começar a assistir o enterro de 68 pela grande imprensa de direita, como Sarcozy na França já vem fazendo aliás, propondo que “o que importa na França muito mais é a memória do exército francês [nas guerras de colonização] do que o maio de 68”. Isso por um lado. Por outro lado é bom não deixar passar em branco que as lutas internacionalizantes de 68 persistem hoje através das formas adaptadas da própria dominação capitalista. Então, 68 é um marco “para o melhor e para o pior”.

Maio de 68 abre para melhor: um, a exigência de que as lutas de classe levem em conta o ambiente internacional no qual se desenvolvem; dois, levem em conta a seqüência das opressões e das discriminações que em 68 eram muito nitidamente derivadas do despotismo de fábrica, e, portanto, levem em conta um conjunto forçosamente internacionalizado. Para o pior, o que a gente herda de 68? A tentativa de escamotear o âmbito complexo dessa luta, caracterizando apenas as formas hedonistas, individualistas, fragmentárias, que impulsionam o pós-moderno, e que hoje, dentro da dinâmica da expansão capitalista, estão muito presentes como prática e como reflexão nas tentativas de constituir formas de atuação internacional pró-capitalistas. O pós-maio de 68 assistiu a construção (ou o reforço) de formas internacionais pró-capitalistas, é a explosão disso, através de ONU, UNESCO, Banco Mundial e FMI, que já existiam, além da difusão do que chamamos de “onguização” no cenário internacional, fruto em boa medida de uma atuação pró-capitalista, expressa nos “think tanks” e nos recursos que destinam para a fragmentação de lutas no cenário internacional.

Portanto nós temos um cenário de lutas de classe internacional que está posto. Quando enxergamos só a direita (e muitas vezes tendemos a enxergar só a direita), devemos lembrar que se a enxergamos é porque ela está lutando contra nós. Então nós temos que saber qual é nosso papel na luta de classes que está posta e onde podemos atuar.

No caso brasileiro as manifestações de 68 se deram em meio à ditadura militar e a resposta desta às manifestações foi um endurecimento que sufocou as poucas liberdades democráticas ainda existentes naquele período. Ainda no gancho da democracia, hoje, após o processo de abertura política, a chegada do PT ao governo chegou a ser caracterizada por setores da mídia como o "amadurecimento pleno de nossa democracia". O que isto quer dizer?

68 no Brasil tem uma característica própria que soma às características internacionais. Primeiro que 68 no Brasil começa antes e segundo que a situação da ditadura configurou 68 no Brasil efetivamente como um perfil mais estudantil. Mesmo assim tomo cuidado com essa definição de estudantil pra maio de 68 no Brasil porque ele atinge uma vasta extensão urbana, de setores variados urbanos no Brasil. Há uma tentativa de redução disso, de dizer que "ah não, no caso brasileiro eram classes médias". Minha cautela é pela constatação que em 1968 o Brasil está num processo de diversificação industrial importante e impactante, era um período de virada da estrutura demográfica nacional e que, portanto, as manifestações de 68 são fortemente antiditatoriais e com um cunho fortemente popular. E é contra elas e contra a possibilidade, o temor que esse tipo de manifestação se estendesse, que certamente o AI 5 inaugura a pior repressão no caso brasileiro.

Agora vamos para essa história da "nossa" mídia falando, da "nossa" mídia grande falando do amadurecimento da democracia. Bom, a gente tem que clarificar o que é essa democracia. De fato nós temos o amadurecimento da democracia burguesa no Brasil. Eu diria que só agora o Brasil entra no circuito internacional pós 68 no qual grandes questões que já estão pautadas para os países centrais, passam a estar pautadas para aqui também. Que pauta é essa? Consiste em: redução da democracia ao governo representativo; um novo equilíbrio bizarro e extremamente perverso entre o excesso de convencimento e o excesso de coerção, que é uma característica que, se ela já era brasileira, se no caso brasileiro a gente sempre teve uma predominância enorme da coerção sobre o convencimento, agora nós temos o crescimento do convencimento através da responsabilidade social, da filantropia empresarial, do empreendedorismo, de uma certa "onguização" que existe por aí. Quer dizer, temos esse aumento de convencimento e ele vem junto e ao lado da manutenção e mesmo do endurecimento de formas de coerção extremamente violentas, extremamente pesadas.

Como exemplo atual, lembremos os últimos episódios da atuação da polícia no Rio de Janeiro, com um saldo de, se eu não me engano, de 15 a 17 mortes na última semana entre Cidade de Deus e Manguinhos. Sendo que, desses, são 4 vítimas ao menos que a própria grande mídia admite que não podiam ter nada a ver porque eram crianças e, se não me engano, duas senhoras que foram atingidas por bala perdida. Todos os outros adultos atingidos por bala, assassinados pela polícia, são considerados, a priori, como traficantes. Então não importa; quem eles matarem eles vão decidir, antes de qualquer julgamento, que eram traficantes.

Para entender esse nosso amadurecimento da democracia em seu formato estritamente burguês – Lênin, em "O imperialismo, etapa superior do capitalismo" ajuda a gente a entender melhor - o nosso amadurecimento é realmente o momento do apodrecimento das relações sociais. O que isso significa?

Significa que é um momento no qual há uma intensificação de atuações governamentais literalmente acompanhadas pelos empresários, numa atuação de apassivamento, de silenciamento das lutas populares anticapitalistas através do que a Lúcia Neves chama uma nova "pedagogia da hegemonia" ou "neoliberalismo de terceira via" que vem reconfigurando um novo tipo de trabalhador e portanto, um novo tipo de cidadão, um novo tipo de virtudes cívicas. Nós estamos exatamente vivendo um momento em que o capital hoje investe fortemente em apassivar movimentos sociais ainda que tenha que gastar algum recurso para isso.

Essa expressão de caracterização do governo Lula: "amadurecimento pleno de nossa democracia", entrou em circuito um pouco depois do Lula ser eleito e depois da comprovação, por parte da burguesia, de que o governo Lula não oferecia grandes riscos a sua reprodução. Você acha que é isso mesmo, que o governo Lula entrou para as margens de reprodução da administração do Estado capitalista?

Bom, analisar o governo Lula é algo triste, entristecedor. Talvez o que tenhamos que fazer seja um exercício de analisar este governo em duas ou três grandes perspectivas.

A primeira grande perspectiva relaciona-se ao fato de que, desde o governo FHC, já se tratava da impossibilidade na qual a grande burguesia brasileira se encontrou desde o final dos anos 80, de ela mesma apresentar uma candidatura capaz de seduzir extensas massas populares. Em 89 o Collor foi um fenômeno anti-Lula, muito mais do que um fenômeno propriamente emanado da burguesia e todos vimos as suas

limitações. Fernando Henrique Cardoso já foi um pouco esse "Príncipe" (essa é uma expressão do Gramsci para designar a unificação de uma classe social em torno de um projeto) que permitia a manutenção da burguesia truculenta através uma esquerda bem educada, "sorbonizada". Porém, o governo Fernando Henrique foi o que foi, um governo neoliberal duro, que investiu fortemente contra os movimentos sociais, que fez aquele escândalo das privatizações e muito rapidamente se desgastou com relação a esta possibilidade de sedução de massas populares, chave na qual ele tinha entrado antes.

A eleição do governo Lula desde o começo segue a mesma pauta do primeiro momento do Fernando Henrique Cardoso, isto é, de um processo que eu chamaria de, entre muitas aspas, "civilização da burguesia brasileira". Vamos tentar contextualizar isso. Em primeiro lugar o acesso de uma certa esquerda ao governo já não é algo novo quando da vitória de Lula, porque o governo Fernando Henrique já ocorrera nessa trajetória. Em segundo, o fenômeno de apassivamento também não é novo porque já tinha sido feito por Fernando Henrique e, sobretudo porque o PT já vinha se modificando na década de 90, já vinha se adequando às novas injunções econômico-políticas. Isso tanto o PT partido quanto a CUT, isso é mais dramático. A eleição no início do século XXI é marcada pela carta, a famosa carta ao povo brasileiro, que é uma carta ao povo banqueiro na qual Lula se comprometia de fato a seguir as políticas anteriores. Então o PT que chega na campanha eleitoral é um partido exatamente igual a todos os outros, já sem muitas diferenças. Portanto o primeiro elemento que teríamos que analisar no governo Lula é neste contexto de um processo mais político-institucional.

Um segundo contexto, que eu acho que é obrigatório mas resistimos um pouco a fazer, é o contexto histórico de largo prazo da sociedade brasileira. Do ponto de vista da história brasileira a chegada do governo Lula traz uma marca distinta inclusive da marca do Fernando Henrique Cardoso. Pela primeira vez você tem um operário, uma figura operária, que se forma no ambiente sindical, que não é um "príncipe sorbonizado", que vem de um partido que tem um histórico de lutas e etc e que tem um compromisso, ainda que seja verbal, tem um compromisso com setores populares.

Essa situação é efetivamente nova que vai de fato assegurar uma melhoria pequena, porém, ainda que pequena, expressiva, pois ela impacta grandes massas da população brasileira. O Bolsa Família, um programa destinado para 11 milhões de famílias, é um programa que tem impacto no conjunto da vida social. Ainda que este programa tenha seu embrião no governo Fernando Henrique Cardoso, no governo FHC ele era um programa para vitrine, ele era um mostruário. No governo Lula ele se torna um programa generalizado. Não é um programa universal, não é uma política universal, é uma política geral de governo. E isso de fato muda a situação, altera qualitativamente a situação de um número importante de famílias no Brasil, o que vai garantir a adesão dessas famílias ao governo Lula.

O PAC faz parte do mesmo tipo de processo adesista?

O que o Lula vai fazer? O governo Lula ajuda nessa transição da burguesia truculenta brasileira, de sua truculência clássica para uma truculência de outro tipo. A truculência se mantém, mas ela agora vem junto com formas de convencimento, com formas de organização, com formas de cultura, com um projeto cívico que essa burguesia, ela própria, sozinha, era incapaz de formular. O PAC faz parte dessa dinâmica. O Bolsa família era um programa direcionado; o PAC ainda é melhor direcionado do ponto de vista da burguesia. Porque o PAC não é diretamente direcionado para os setores urbanos, mas ele é diretamente direcionado para o setor empresarial. Quem ganha diretamente com o PAC é o setor empresarial e indiretamente esses setores urbanos. Portanto, do ponto de vista histórico geral, se a gente não levar isso em consideração nós não conseguimos entender qual é o papel do governo Lula no contexto brasileiro.

Um terceiro aspecto para a análise do governo Lula é desde o ponto de vista das lutas sociais, do ponto de vista daquilo que nós construímos, daquilo que eu participei mesmo não tendo sido do PT, das lutas sociais que estavam no bojo do PT, daquilo que foi a construção do PT, a construção da CUT, e todas as lutas sociais na década de 80 e na década de 90. Deste ponto de vista o governo Lula é uma catástrofe. Ele é literalmente uma catástrofe porque desmantela por dentro as formas organizativas populares que levaram 20 anos, 25 anos para serem construídas. Isto é dramático. É uma miséria do ponto de vista organizativo porque é um desmantelamento feito através de políticas de conta-gotas claramente cooptadoras, claramente demarcadas para imiscuir setores, alguns setores da classe trabalhadora, dentro de órgãos gestores de grandes fortunas fazendo-lhes ganhar um pouquinho com essas grandes fortunas. Vimos recentemente com a questão da lei sindical que as próprias centrais sindicais se recusam hoje a fazer uma luta pela autonomização dos trabalhadores, evidentemente, porque recebem muitos recursos. Do ponto de vista das lutas sociais e do avanço social, é um período que abre para nós a exigência de um rigor muito maior de formulação, de uma sistematicidade muito mais consistente porque doravante a tendência vai ser existirem recursos (e mais adiante nesta conversa eu vou mencionar isto) para silenciar pequenos grupos rebeldes ao lado da permanência da truculência. Isto é realmente trágico do ponto de vista da luta social.

Diante disso quais são os atores que poderiam desafiar o capital?

Virgínia – Quem desafia o capital é o trabalho. Essa questão para mim é chave, pois se perdermos esse norte do nosso ponto de vista vamos estar mal posicionados no caminho. Capital somente existe se produzir trabalhador livre disponível para o mercado e, como capital é uma relação social, para o capital existir precisa explorar força de trabalho. Essa relação social só pode ser desatada pelo trabalho. A maneira como a classe operária, como a classe trabalhadora está configurada para esta luta, é o nosso desafio. O que nós estamos assistindo no caso brasileiro especificamente, essas formas de convencimento maduras ou apodrecidas - como diz o Lênin - elas fazem o quê? Procuram capturar as rebeldias emergentes e fornecer a elas uma carreira falsamente contra-hegemônica. Uma carreira garantida pelas bolsinhas. Hoje qualquer um que esteja disposto a dobrar a espinha, ganha uma bolsa. Ganha uma bolsa inclusive do Banco Mundial. Diz a filosofia do Banco Mundial: “nós sempre podemos nos entender”, “nós somos plurais”, desde que não se discuta filosofia geral, a gente pode se entender. Portanto, desde que o horizonte esteja encerrado na existência sobre o capitalismo, você pode discordar de tudo, desde que você não seja anticapitalista. Desse ponto de vista para os atores sociais, para o trabalho, enfrentar esse tipo de organização, tanto nacional como internacionalmente, é um mega desafio. E é um mega desafio por quê? Porque a classe operária não é organizada pelo capital para que ela se organize como classe operária. A classe operária é organizada pelo capital para que ela exista como classe operária para o capital.

Portanto, do ponto de vista da classe trabalhadora, ela é desorganizada pelo capital. Hoje ainda é mais dramático porque essa desorganização é inclusive espacial, ela é o que eu venho chamando de “seqüência de expropriações”. Expropriação da proximidade no âmbito do trabalho, a expropriação contratual - este é o caso onde há vários trabalhadores na mesma atividade, mas cada qual com um tipo de contrato diferente, terceirizado, flexibilizado, ou sem nenhum vínculo. Na instituição em que eu trabalho existem 10 vínculos de trabalho diferentes para um grupo de 300 trabalhadores. Para se ter uma idéia hoje do que isso representa. E observe que falo de uma instituição pública e pensada para isso.

Ora, como o trabalho pode se organizar pra enfrentar contra-hegemonicamente esta situação? Parece-me que temos hoje no Brasil um conjunto extenso de lutas que absolutamente não estão nem desativadas nem mortas. A primeira cautela é, quando a gente pensa um período de refluxo, quando a gente se dá conta do quanto essa dupla coerção violenta é devastadora, não concluirmos que a luta se exauriu por conta disso. Essa juventude tem limites, para aturar goela abaixo a privatização do ensino superior, a fragmentação do ensino superior numa hierarquização alucinada, segundo a qual alguns vão ter cursos superiores de boa qualidade e uma grande massa será de tecnólogos de 2 anos, ou cursos à distância de péssima qualidade. Durante algum tempo isso pode funcionar, mas não por muito tempo. A nossa juventude não é idiota e a população também não é boba. Se a grande imprensa atua tratando essa população como bicho de zoológico no pior sentido, essa população reage. Recentemente uma pesquisa feita pela própria Globo identificou que mais de 70% da população favelada não acredita no que a imprensa diz. Mas isso não é novo, é uma coisa que já se sabe e nós temos que ter isso claro. Além disso os trabalhadores hoje, quando são feitas falas coerentes e consistentes, se sentem tocados de serem reconhecidos como trabalhadores. Porque uma boa parte da própria fala política, como não consegue enxergar a classe operária que idealizou nessa massa mais ou menos difusa de trabalhadores, abandonou essa fala, abandonou a compreensão do mundo a partir da dinâmica capitalista. Ora, os trabalhadores estão vivendo em condições cada vez mais precárias. E sabem disso. Portanto, se tivermos coragem de enfrentar as lutas nos lugares estratégicos, eu tenho certeza que voltaremos a ter elementos importantes para a luta.

Até porque é insuportável: hoje, a parcela de trabalhadores com contrato a todo instante é tratada como parcela privilegiada, empurrada contra a parcela de trabalhadores sem contrato que, por seu turno, deve lutar contra outros segmentos dos próprios trabalhadores para conseguir subsistir. É evidente que tem limite colocar um setor contra o outro tanto no plano nacional quanto no plano internacional. Até porque, frente a esta tentativa permanente de contrapor setores de trabalhadores uns aos outros, o tratamento preferencial, privilegiado, descaradamente elitista que é feito com relação ao grande capital e aos detentores de recursos, de riquezas, no cenário nacional e no cenário internacional, é absolutamente acintoso. É evidente que isso tem um teto. Nem a população tem como agüentar isso por muito tempo, nem é possível sustentar isso com a política de conta-gotas que eles estão promovendo, de captura dessas rebeldias emergentes. Portanto eu não tenho muita dúvida de que em breve a gente vai assistir a novos eventos contestadores. A minha grande preocupação é que construamos isso na versão do trabalho contra o capital para não sermos mais capturados na rede de que é possível transformar o mundo mantendo o mundo igual. Quer dizer, ou a gente revoluciona esse mundo ou mantendo igual, ele continua igual.

Bom, Virgínia, agora a gente queria saber se a sua experiência intelectual-militante te diz algo sobre formas que potenciariam a unificação das lutas sociais, que neste período estão muito fragmentadas...

Virgínia – Bom, a forma de luta fundamental para mim é a forma partido. Acho que temos que aprofundar esta discussão sobre a forma partido, porque a forma partido não é, contrariamente ao que eu acho que muitos pensam, tanto no Brasil quanto lá fora, um partido legalizado, institucionalizado, para disputar as eleições da próxima Assembléia, Câmara dos Vereadores, etc. A forma partido é a forma organizadora da classe trabalhadora na luta anticapitalista – e não é simplesmente a forma institucional. Acho que é Gramsci ainda quem ajuda a gente a entender o que é partido, Gramsci mais Lênin – o Gramsci seguidor do Lênin, não o Gramsci que foi, em alguns casos, diluído. É preciso uma unificação destas lutas num eixo capaz de formar, forjar um espírito militante, construir a unidade na luta preservando as especificidades, federar as questões locais, tornando-as nacionais – essa ainda é uma questão relevante. O papel do partido é tornar nacionais as grandes questões – porque elas só serão plenamente internacionais se conseguirem se estabelecer no âmbito nacional. Sem uma organização capaz de avançar neste terreno nós teremos dificuldade.

Eu não vejo que estejamos totalmente fragmentados não. O capital fragmenta os trabalhadores para que eles sejam plenamente úteis para si, capital. Acho que nós estamos nos reconstituindo na luta diante desta nova forma de exploração da força de trabalho que o capital vem impondo nos últimos 30 anos, mais aceleradamente nos últimos 15 anos. Nós estamos reconstruindo – e reconstruir é uma tarefa difícil e complicada. No caso brasileiro, temos ainda um complicador, que é exatamente o fato de que a experiência, todo o trabalho, todo o investimento militante, todo o engajamento dos últimos 30 anos no PT deram numa descambada dramática do governo Lula para o interior da corrente neoliberal de “terceira via” como denomina a Lúcia Neves. Ou se a gente quiser chamar de social-democracia dos novos tempos – que sequer social-democracia é -, o social-liberalismo ou o liberalismo com tinturas sociais. No caso brasileiro nós temos várias experiências importantes que permanecem tanto no interior dos partidos como em movimentos sociais com grupos muito bons e muito fortes de luta. Desde o PT – por incrível que pareça, dentro do PT ainda permanecem grupos que têm trajetória de luta e experiências importantes de organização; passando pela experiência do PSTU, que merece atenção, até a constituição do PSOL, que tentou de novo reagrupar a luta. Parece-me que o horizonte do PSOL acabou sendo excessivamente eleitoral e pouco organizativo – o que traz problemas subseqüentes. Sem sombra de dúvida, um movimento que era e continua sendo central no país é o MST, como um movimento que enfrenta, hoje, não apenas aquilo que é atrasado na história do Brasil, mas enfrenta a ponta do capital mais “muderno”, mais contemporâneo, que é o capital altamente concentrado, parceirizado, internacionalizado – alguns com origem brasileira e outros com origem internacional – mas que atuam em perfeita sincronia (como Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose ou Monsanto).

Portanto nós temos experiência de luta, temos muitos e muitos jovens combativos, nós temos um processo histórico e uma trajetória de formação. Se nós vivemos num período diferente, vivemos porque a tendência hoje da dinâmica capitalista é converter nossas semi-vitórias numa derrota total. Essa sempre foi a tendência do capital. Não podemos acreditar que o capital vá atuar o tempo todo somente na base de uma ditadura, ele também pode atuar na base de uma democracia diminuída ou de um fascismo “mole”, que seduz alguns setores enquanto age truculentamente com outros. Portanto acho que se entendermos que o eixo da nossa luta é trabalho contra capital, nós temos uma infinidade de lutas hoje já em curso. Precisamos ter a coragem de nos manter engajados nessas lutas, de seguir tentando fazer com que essas lutas se encontrem de maneira mais consistente, mais substantiva e, finalmente, que nós consigamos chegar à formulação de um partido comum, capaz de enfrentar a questão, tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional.

Mas tem um detalhe aí que eu não posso deixar de falar. O Brasil hoje não é simplesmente um país periférico, o Brasil é hoje um país que exporta capital para o conjunto da América Latina, e um dos nossos desafios centrais, que não podemos esquecer, é a defesa da classe trabalhadora latino-americana contra as tentativas desse grande capital brasileiro, que procura silenciar “sua” classe trabalhadora internamente para impedir que ela proteste contra as barbaridades que ele comete fora. Lênin, ao mencionar o apodrecimento das relações sociais na democracia-imperialista, permite que percebamos onde precisa estar o eixo das nossas lutas, permite que saiamos revigorados contra esse momento de apodrecimento. O que nos propõem é o apodrecimento deles, que recusamos. Podemos, pois, nos revigorar nesse momento.

Retirado do site Barlavento, www.barlavento.org (Qui, 12 de Junho de 2008 17)

Em Foco II

O papel real dos imigrantes

Em uma carta aberta sobre a "diretriz de retorno" da União Européia, o presidente da Bolívia, Evo Morales, manifesta preocupação com a política de endurecimento das condições de detenção e expulsão de imigrantes na Europa. "Os europeus sempre foram bem-vindos. Vieram ao nosso continente para explorar riquezas e para transferi-las para a Europa, com um altíssimo custo para as populações originais da América", lembra Evo.

Evo Morales Ayma

Até o final da Segunda Guerra Mundial, a Europa foi um continente de emigrantes. Dezenas de milhões de europeus partiram rumo às Américas para colonizar, escapar da fome, das crises financeiras, das guerras ou dos totalitarismos europeus e da perseguição às minorias étnicas.

Hoje, estou acompanhando com preocupação o processo da chamada "diretriz de retorno". O texto, validado no passado 5 de junho pelos ministros do Interior dos 27 países da União Européia, deve ser votado no dia 18 de junho no Parlamento Europeu. Sinto que endurece de maneira drástica as condições de detenção e expulsão aos imigrantes indocumentados, qualquer que seja seu tempo de permanência nos países europeus, sua situação laboral, seus laços familiares, sua vontade e suas tentativas de integrar-se.

Os europeus chegaram massivamente aos países da América Latina e da América do Norte, sem vistos nem condições impostas pelas autoridades. Foram sempre bem-vindos. E continuam sendo, em nossos países do continente americano, que absorveram, naquela época, a miséria econômica européia e suas crises políticas. Vieram ao nosso continente para explorar riquezas e para transferi-las para a Europa, com um altíssimo custo para as populações originais da América. Como no caso do nosso Cerro Rico de Potosí e suas fabulosas minas de prata, que permitiram dar massa monetária ao continente europeu do século XVI até o século XIX. As pessoas, os bens e os direitos dos imigrantes europeus sempre foram respeitados.

Hoje, a União Européia é o principal destino dos imigrantes do mundo, o que é conseqüência de sua positiva imagem de espaço de prosperidade e de liberdades públicas. A imensa maioria dos imigrantes vem para a UE para contribuir com esta prosperidade, não para aproveitar-se dela. Ocupam os empregos de obras públicas, construção, nos serviços a pessoas e hospitais, que não podem ou não querem ocupar os europeus. Contribuem para o dinamismo demográfico do continente europeu, para manter a relação entre ativos e inativos que torna possível seus generosos sistemas de seguridade social e dinamizam o mercado interno e a coesão social. Os imigrantes oferecem uma solução aos problemas demográficos e financeiros da UE.

Para nós, nossos imigrantes representam a ajuda para o desenvolvimento que os Europeus não nos dão - uma vez que poucos países alcançam realmente o mínimo objetivo de 0,7% de seu PIB na ajuda para o desenvolvimento. A América Latina recebeu, em 2006, 68 bilhões de dólares em remessas, ou seja, mais do que o total dos investimentos estrangeiros em nossos países. A nível mundial, chegam a 300 bilhões de dólares, que superam os 104 bilhões concedidos como ajuda para o desenvolvimento. Meu próprio país, a Bolívia, recebeu mais de 10% do PIB em remessas (1,1 bilhões de dólares) ou um terço das nossas exportações anuais de gás natural.

Ou seja, que os fluxos migratórios são benéficos tanto para os europeus e, de modo marginal, para nós, do Terceiro Mundo, uma vez que também perdemos contingentes que somam milhões da nossa mão de obra qualificada, na qual, de um modo ou de outro, nossos Estados, mesmo pobres, investiram recursos humanos e financeiros. Lamentavelmente, o projeto da "diretriz de retorno" complica terrivelmente esta realidade. Apesar de que concebemos que cada Estado ou grupo de Estados pode definir suas políticas migratórias com toda soberania, não podemos aceitar que os direitos fundamentais das pessoas sejam negados aos nossos compatriotas e irmãos latino-americanos. A "diretriz de retorno" prevê a possibilidade de prisão dos imigrantes indocumentados por até 18 meses antes de sua expulsão - ou "afastamento", segundo o termo da diretriz. 18

meses! Sem julgamento nem justiça! Tal como está hoje, o projeto de texto da diretriz viola claramente os artigos 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Especialmente o artigo 13 da Declaração, que diz:

1. Toda pessoa tem o direito de circular livremente e de escolher sua residência no território de um Estado.
2. Toda pessoa tem direito de sair de qualquer país, inclusive do próprio, e de voltar para o seu país".

E, o pior de tudo, existe a possibilidade de encarcerar mães de família e menores de idade, sem levar em consideração sua situação familiar ou escolar, nestes centros de internação, nos quais sabemos que ocorrem depressões, greves de fome, suicídios. Como podemos aceitar sem reagir que sejam concentrados em campos compatriotas e irmãos latino-americanos indocumentados, dos quais a imensa maioria está há anos trabalhando e se integrando? De que lado está hoje o dever de ingerência humanitária? Onde estão a "liberdade de circular", a proteção contra prisões arbitrárias?

Paralelamente, a União Européia tenta convencer a Comunidade Andina de Nações (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) de que assinem um "Acordo de Associação" que inclui em seu terceiro pilar um Tratado de Livre Comércio, da mesma natureza e conteúdo que os impostos pelos Estados Unidos. Estamos sob intensa pressão da Comissão Européia para aceitar condições de profunda liberalização para o comércio, os serviços financeiros, propriedade intelectual ou nossos serviços públicos. Além disso, em nome da proteção jurídica somos pressionados pelo processo de nacionalização da água, do gás e das telecomunicações realizados no Dia Mundial dos Trabalhadores. Pergunto, nesse caso, onde está a "segurança jurídica" para nossas mulheres, adolescentes, crianças e trabalhadores que buscam melhores horizontes na Europa?

Promovem a liberdade de circulação de mercadorias e finanças, enquanto vemos à frente encarceramento sem julgamento para nossos irmãos que tentaram circular livremente. Isso é negar os fundamentos da liberdade e dos direitos democráticos.

Sob estas condições, caso for aprovada esta "diretriz de retorno", estaríamos na impossibilidade ética de aprofundar as negociações com a União Européia e nos reservamos o direito de adotar com os cidadãos europeus as mesmas obrigações de visto que são impostas aos Bolivianos desde primeiro de abril de 2007, segundo o princípio diplomático de reciprocidade. Não o exercemos até agora, justamente por esperar bons sinais da UE.

O mundo, seus continentes, seus oceanos e seus pólos conhecem importantes dificuldades globais: o aquecimento global, a contaminação, o desaparecimento lento mas certo de recursos energéticos e biodiversidade, enquanto aumenta a fome e a pobreza em todos os países, fragilizando nossas sociedades. Fazer dos imigrantes, quer sejam documentados ou não, os bodes expiatórios destes problemas globais, não é nenhuma solução. Não corresponde a nenhuma realidade. Os problemas de coesão social que a Europa está sofrendo não são culpa dos imigrantes, mas o resultado do modelo de desenvolvimento imposto pelo Norte, que destrói o planeta e desmembra as sociedades dos homens.

Em nome do povo da Bolívia, de todos os meus irmãos do continente e de regiões do mundo como o Maghreb, Ásia e os países da África, faço um chamado à consciência dos líderes e deputados europeus, dos povos, cidadãos e ativistas da Europa, para que não seja aprovado o texto da "diretriz de retorno".

Tal como a conhecemos hoje, é uma diretriz da vergonha. Chamo também a União Européia a elaborar, nos próximos meses, uma política migratória respeitosa dos direitos humanos, que permita manter este dinamismo proveitoso para ambos os continentes e que possa reparar, de uma vez por todas, a tremenda dívida histórica, econômica e ecológica que os países da Europa têm com grande parte do Terceiro Mundo, que feche de uma vez as veias ainda abertas da América Latina. Não podem falhar hoje em suas "políticas de integração" como fracassaram com sua suposta "missão civilizadora" do tempo das colônias.

Recebam todos vocês, autoridades, europarlamentares, companheiras e companheiros, saudações fraternas desde a Bolívia. E, especialmente, nossa solidariedade com todos os "clandestinos".

* Evo Morales Ayma
Presidente da República da Bolívia

Tradução: Naila Freitas / Verso Tradutores

Retirado do site Carta Maior em 13 de junho de 2008.

Espaço Aberto

Política de Extermínio na cidade do Rio de Janeiro

Ana Carolina Vazquez e Gabriela Nunes*

Em maio do ano passado, o Rio de Janeiro foi palco de uma das maiores operações policiais da história da cidade. A ocupação, por policiais, do Complexo do Alemão, veio acompanhada pelo aviltamento dos Direitos Humanos, ratificando o agigantamento do Estado Penal.

Durante a operação, 19 pessoas foram mortas e 32 pessoas ficaram feridas.As vítimas fatais dessa incursão apresentaram sinais de execução,segundo denúncias do advogado João Tancredo, da Comissão de Direitos Humanos da OAB. A ocupação, no entanto, ainda não teve fim. Há um ano os policiais do 16º BPM (Olaria) monitoram o Complexo do Alemão, bem como suas adjacências.

Em maio desse ano o Ministério da Justiça destinou R$55 milhões para serem investidos na segurança do Rio de Janeiro, incluindo reforço policial na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão.

Segundo o Ministro da Justiça, Tarso Genro, o investimento visa o combate a violência no estado, a fim de prepara-lo para a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que tem como foco principal a prevenção da violência.

Contudo, se o intuito do Ministério da Justiça é preparar o estado para a implementação de um projeto que visa a prevenção da violência, é no mínimo contraditório que se mantenha a comunidade do Complexo do Alemão sitiada, interferindo no poder de ir e vir da população, cerceando seu direito à cidadania.

Recentemente, o relator da Organização das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston, apresentou um relatório onde destaca a ação de grupos de extermínio e as execuções praticadas por policiais no Brasil.

Só no estado do Rio de Janeiro, segundo Alston, 18% dos assassinatos ocorridos em 2007, foram cometidos por policiais, o que representa 1.330 óbitos.

Outro agravante para a impunidade do abuso de poder dos policiais em operações em morros e favelas, são os autos de resistência seguidos de morte lavrados para encobrir as execuções que praticam nessas incursões.

Segundo matéria divulgada pelo jornal “O Globo”, em 25/05/2008, dos 1.222 baleados atendidos nos hospitais este ano, 31% já chegaram sem vida. Isso corresponde a 387 locais de crime desfeitos, prejudicando as investigações e encobrindo as mortes cometidas por policiais.

Diante da atual conjuntura, a julgar pelos fatos descritos acima, é impossível não pensar na importância dos Direitos Humanos na construção de políticas que combatam esse tipo de atitude autoritária da Polícia Militar fluminense.

Defender o direito à vida, à educação e à cidadania tem sido uma das principais bandeiras de grupos que defendem os Direitos Humanos, muitas vezes deturpados pela mídia, que alimenta o senso comum de que Direito Humano é direito de bandido.

Ao contrário, podemos dizer que Direito Humano diz respeito a preservação dos direitos políticos, civis e sociais de toda e qualquer pessoa que vive em sociedade. E é dever do Estado garanti-lo e preservá-los sem distinção de cor, raça, credo ou classe social.

*Ana Carolina e Gabriela Nunes são estudantes da Faculdade de Serviço Social/Uerj

Expediente

Reitor
Profº Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profº Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitoria de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Colaboradores
Ana Carolina Vazquez (FSS/UERJ)
Gabriela Nunes (FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores